

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

01/07/2026

Sumário

1. Goiânia recebe 3ª edição do Encontro Nacional da Primeira Infância; inscrições estão abertas
2. Café da Manhã - Renda
3. Fundo inclui antigo clube da Celg e totaliza 17 imóveis

A REDAÇÃO - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
01/07/2026 00:10

Goiânia recebe 3ª edição do Encontro Nacional da Primeira Infância; inscrições estão abertas

Visualizar notícia

Fonte original

A Redação

Goiânia – O maior evento brasileiro dedicado à defesa da primeira infância está com inscrições abertas para a sua terceira edição, que ocorrerá no Teatro Rio Vermelho, em Goiânia, de 26 a 28 agosto. Com o tema “Caminhos para a garantia dos direitos”, o III Encontro Nacional da Primeira Infância (Enapi) tem programação gratuita. Os interessados podem se inscrever no hotsite do evento.

O III ENAPI é uma iniciativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), do Tribunal de Contas dos Municípios (TCMGO) e do Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do Comitê Técnico da Primeira Infância (CTPI), com o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC).

Solenidade
O início das inscrições foi marcado por solenidade que reuniu, hoje (30/jun), representantes de instituições públicas estaduais, municipais e da sociedade civil organizada, na sede do TCE-GO. O ato foi conduzido pelo conselheiro Edson Ferrari, presidente do CTPI-IRB e coordenador da Atricon para o tema.

Em sua fala, ele abordou a importância da atenção à primeira infância, a enorme dívida social que o Brasil acumulou ao longo dos anos com suas crianças e a atuação dos tribunais de contas na avaliação das políticas públicas voltadas ao tema, a indução de programas específicos e capacitação de gestores públicos em parceria com instituições.

Coordenador técnico do CTPI-IRB, Halim Girade apresentou uma retrospectiva da atuação do sistema de controle externo em favor da primeira infância. Destacou como decisivo e importante o apoio do então coordenador do Pacto Nacional pela Primeira Infância, Richard Pae Kim, junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e discorreu sobre os compromissos que o III ENAPI vai propor aos presidenciáveis e governadoriáveis.

O presidente do IRB, conselheiro Inaldo Paixão, participou remotamente. Pelo TCM-GO participaram o presidente Joaquim de Castro e o conselheiro Daniel Goulart. O secretário de Estado da Casa Civil, Bruno Belém, representou o governador Daniel Vilela.

Também registraram presença representantes da Federação Goiana dos Municípios (FGM), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/GO), de secretarias de Estado e do município de Goiânia, do Comitê Goiano pela Primeira Infância, da Arquidiocese de Goiânia e do Instituto Brasileiro de Direito de Família em Goiás.

Enapi
Entre os palestrantes confirmados no III ENAPI está a pediatra e especialista em saúde pública Mary Young, que atua como consultora na Universidade de Harvard (EUA). A ela, juntam-se especialistas de renome nacional, como o cientista político e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Fernando Abrucio e o ativista e professor Vital Didonet, que representa a Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI).

Também participam representantes dos ministérios da Saúde e da Educação, Instituto Alana, Instituto Trata Brasil, entre outros. Os programas do Governo de Goiás que atendem à primeira infância serão apresentados pelos secretários de Estado de Desenvolvimento Social, Wellington Matos, e da Educação, Helena Bezerra.

SERVIÇO: III Encontro Nacional da Primeira Infância (ENAPI)
Data: 26 a 28 de agosto

Local: Teatro Rio Vermelho, Goiânia-GO
Inscrições

DIÁRIO DA MANHÃ - GO • impresso • tce-go
30/06/2026 03:00

Café da Manhã - Renda

Visualizar notícia

Renda

Auditoria em andamento no TCE revela que mais de 3 mil servidores ativos, aposentados e pensionistas do estado tiveram a renda mensal comprometida além do limite legal em fevereiro deste ano.

Consignados

A fiscalização feita pela Gerência de Consignação da Secretaria de Administração de Goiás (Sead) alerta para o risco de superendividamento do funcionalismo.

O POPULAR ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
01/07/2026 01:54

Fundo inclui antigo clube da Celg e totaliza 17 imóveis

Visualizar notícia

Fonte original

Gestão adiciona novas áreas e lança edital de licitação, com valor estimado de R$ 77,7 milhões, para contratar consórcio responsável por estruturar e gerir ações imobiliárias

Vista aérea do antigo Clube da Celg: estudo aponta projeto para 2 mil residências e valor de quase R$ 2 bilhões (Zuhair Mohamad)

ouvir matéria
Com a inclusão da área do antigo clube da Celg, na Rua 90, no Setor Sul, o governo de Goiás elevou para 17 imóveis, avaliados em R$ 834 milhões, a lista que pode ser integralizada aos Fundos de Investimento Imobiliário (FII). A gestão estadual lançou nesta terça-feira (30) o edital de licitação, com valor estimado de R$ 77,7 milhões, para contratar o consórcio responsável por estruturar e gerir os fundos , autorizados por lei sancionada na semana passada.

O edital fala em estimativa de valor total de projetos de R$ 12,3 bilhões ao longo de 13 anos de execução e potencial de R$ 1,8 bilhão de recebíveis ao Estado.

Estudo contratado pela Secretaria Estadual de Administração (Sead), responsável pela licitação, aponta vocação da maioria dos imóveis para loteamentos e condomínios ou edifícios residenciais, mas há também potencial para hotel em Pirenópolis e armazéns logísticos na saída para o aeroporto da capital.

O terreno no Setor Sul possui 46 mil metros quadrados e valor de mercado de R$ 227 milhões . O estudo indica que a área pode receber empreendimento residencial com 2 mil unidades em projeto de quase R$ 2 bilhões. O POPULAR mostrou em outubro de 2025 que o imóvel, que pertencia à CelgPar, estatal liquidada, seria transferido ao Estado em meio a cobiça do setor imobiliário.

A relação dos imóveis inclui ainda as atuais sedes das Secretarias de Estado da Economia e da Segurança Pública, e o Batalhão do Giro, no Setor Pedro Ludovico Teixeira, em Goiânia.

O estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Administração Pública (Ibap) compara o valor de mercado com o chamado Valor Geral de Vendas (VGV) potencial de todos os imóveis, considerando a vocação, a partir de de localização, zoneamento e características do bairro.

Ao encaminhar o projeto de lei que autoriza o Estado a alienar e transferir bens imóveis aos fundos, em 9 de junho, o governo anunciou 16 imóveis elegíveis, mas dias depois divulgou lista com apenas 12 - afirmando que as demais estavam em estudo - e sem os dados de valor de mercado. Na ocasião, o governo indicou R$ 604 milhões de preços de mercado ao total e receita estimada de até R$ 1,2 bilhão.

Agora o edital traz um anexo com os estudos apresentados pelo Ibap, que dividem os imóveis em projetos para renda e para venda na planta. No primeiro caso, a área mais valorizada fica no Setor Jaó, próxima à sede do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO). O POPULAR já havia mostrado que ela conta com mais de 160 mil metros quadrados. O valor de mercado apontado pelo estudo é de R$ 55,2 milhões, enquanto o VGV é avaliado em R$ 260 milhões.

A lista para renda traz 3 imóveis e a de venda, 16. A contagem total aponta 17 porque há desmembramento de algumas áreas , com previsão de destinações distintas.

De acordo com o documento do Ibap, o porcentual de permuta financeira que o Estado teria no potencial identificado para cada imóvel tem média de 14,5%.

A Sead reafirmou nesta terça-feira que a lista de imóveis não é necessariamente aquela que será integralizada nos fundos, mas que serviu apenas de referência para o estudo de viabilidade do

modelo. Há possibilidade tanto de exclusão de uma parte como inclusão de outras áreas, segundo a gestão.

Do mesmo modo, a pasta diz que as vocações indicadas no estudo não vinculam as destinações, que podem ser alteradas conforme interesse e avaliação do administrador dos fundos. A Sead confirmou que a área da Celg foi incluída por último.

A licitação tem data de 25 de agosto e a previsão da Sead é que entre dezembro e janeiro o FII esteja ativo para iniciar o processo de avaliação de áreas a serem integralizadas.

O edital indica uma remuneração de estruturação dos fundos no valor de R$ 200 mil mensais, que serão bancados inicialmente pelo governo estadual. Após a constituição e funcionamento dos fundos, a remuneração do consórcio será suportada exclusivamente pelo FII, de acordo com o documento.

O governo afirma ser mais vantajoso, em vez de vender as áreas em leilão, muitas vezes por preços baixos ou com baixa concorrência, o Estado passar a ser parceiro em empreendimentos.